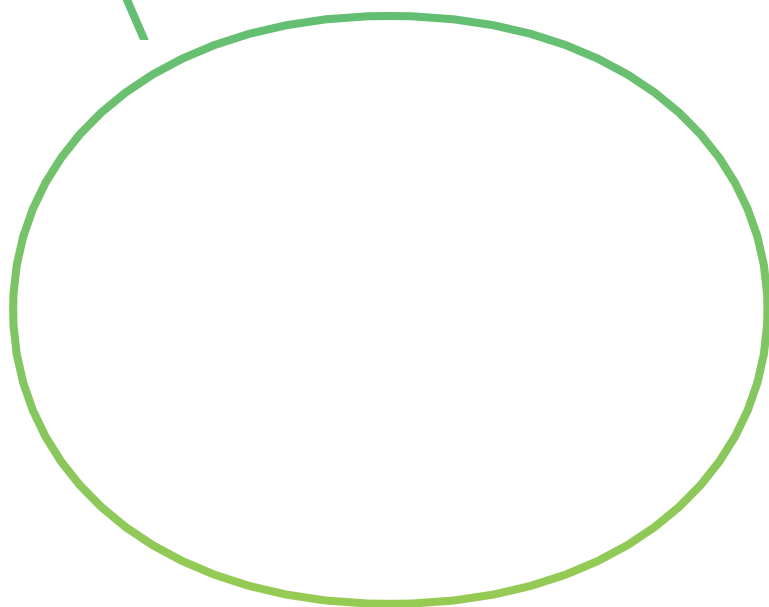
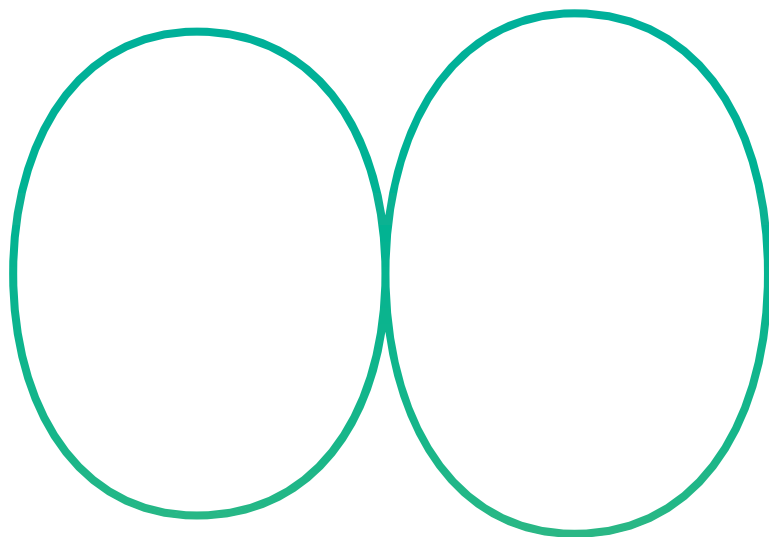


RELATÓRIO DE GESTÃO



ANEXO

Mensagem da diretoria e do conselho 04

Cenário econômico 06

Estrutura sistêmica 08

Nossa evolução 10

Governança corporativa 16

Demonstrações financeiras e contábeis 18

Parecer do conselho fiscal 44

Nossa agência 45

Mensagem da diretoria e do conselho

Expansão planejada



A economia brasileira registrou mais um ano sofrível em 2018. A paralisação nos principais indicadores demonstra uma recuperação da atividade fragilizada, sem ritmo, mas, ao mesmo tempo, apresenta um rápido fortalecimento do sistema cooperativo no nosso modelo econômico. O Sicoob Cooprem, seguindo essa tendência das cooperativas financeiras, registrou mais um ano superavitário, com conquista de novos associados e maior inserção de produtos e serviços, principalmente, para cooperados que mantinham menor nível de relacionamento.

Destaca-se uma melhoria crescente dos resultados a partir do final do primeiro semestre com a colocação dos produtos Bancoob. Estimulados pela equipe da Central Sicoob Uni, incrementamos nossa carteira de crédito com desempenho significativo – como pode ser acompanhado nas páginas deste relatório a seguir.

O agronegócio, força da economia do Sudoeste Goiano, influenciou diretamente no desempenho do Sicoob Cooprem, apesar do segmento da cooperativa ser o Empre-

sarial e não o Rural. Os setores de comércio, indústria e serviço refletiram o bom desempenho da safra de grãos – o que motivou que estes setores utilizassem mais serviços financeiros e crédito para investir, por meio da cooperativa, para atender a demanda aquecida pelos resultados do campo.

Diretoria, Conselho, colaboradores e cooperados são responsáveis diretos pelo desempenho positivo dos indicadores apresentados neste relatório e a elevada confiança mútua. O momento é de comemorar os resultados, mas também de focar nos princípios do cooperativismo, proporcionar transparência máxima e engajamento dos cooperados. Neste caminho de expansão, na busca do crescimento sustentável e da busca de oportunidades.

Muito obrigado a todos.

Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas.

É fato que o cenário político sempre altera e afeta o cenário econômico. São dois setores que estão sempre ligados. Mas mesmo em momentos de turbulência, existem empresas e instituições que conseguem se destacar em meio ao conglomerado de "perdidos". Ano após ano, economistas são convidados a darem previsões sobre o cenário econômico brasileiro. E com tantas variáveis, prever sobre a economia é como prever sobre a meteorologia. Mas ainda assim, todas as projeções são de fundamental importância para os mercados e setor. Avaliar o cenário é dar perspectiva para que caminho seguir ou que estratégia traçar.

Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas. Quando tudo parece que vai mal, mas com a gente está tudo bem. É essa a sensação que os cooperados Sicoob têm quando o assunto é economia, rendimentos ou investimentos. Num cenário econômico controverso, onde a economia se encontra em um estado de instabilidade devido às mudanças setoriais, o Sicoob foi na contramão e iniciou o ano de 2019 com resultados positivos de R\$ 3,12 bilhões, com um crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior. A performance positiva se reflete também nas operações de crédito bruto, que

registraram R\$ 54,6 bilhões, um avanço de 20,4% em relação a 2017. Já os ativos chegaram a R\$ 104,2 bilhões com acréscimo de 15,2%.

Outro número relevante é o crescimento de novos cooperados: foram 616 mil em 2018, alcançando a marca de 4,4 milhões de pessoas que hoje contam com o amplo portfólio de produtos e serviços financeiros oferecidos pelas cooperativas.

Mas para entender o cenário atual é importante voltar ao início de 2018, quando todos esperavam um crescimento próximo a 3% ou até maior, no caso dos mais otimistas.

A base do cenário de crescimento do ano calcava-se em uma política monetária expansionista, somada a um significativo hiato negativo do produto, além das perspectivas de realização das reformas fiscais.

A realização dessas reformas traria impactos na redução da incerteza, do prêmio de risco e na melhoria das condições financeiras. Apreciação cambial e queda da taxa de juros de longo prazo, por exemplo.

Chegando ao final de 2018, a realidade foi que o crescimento ficou entre 1% e 1,5%, frustrando as previsões de início do ano.

Agora em 2019, a área econômica sinaliza uma breve apresentação da reforma da Previdência e propostas ousadas de privatização e abertura da economia, mais ligadas à produtividade.

A relação dívida pública / PIB, hoje em 76,7%, indica o risco de insolvência fiscal, os mercados continuam investin-

do em papéis do Tesouro, baseados na narrativa de que haverá uma reforma da Previdência.

É esperado que ela seja profunda e abrangente o suficiente para estabilizar em alguns anos essa relação, para em seguida colocá-la em trajetória de queda. Sem a reforma ou com um projeto livre de suas ambições, essa narrativa desmoronará, provocando rápida queda de confiança e fuga de capitais com todas as suas graves consequências, a principal delas a volta da inflação elevada e sem controle.

Por tudo isso, parece aconselhável que o governo, que já elegeu a reforma da Previdência como a prioridade máxima, adote uma sequência que evite estabelecer concorrência com as demais reformas. Nenhuma outra é tão fundamental. Todas as restantes podem esperar. O fracasso na reforma da Previdência e seus devastadores efeitos econômicos e sociais prejudicariam gravemente o capital político.



Estrutura Sistêmica

Confederação / Bancoob

- Ponta administradora
- Sicoob Seguradora
- Bancoob DTVM
- Cabal Brasil
- Sicoob Previ

Cooperativa Central

Cooperativa Singular

Cooperados

Missão:

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.

Visão:

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

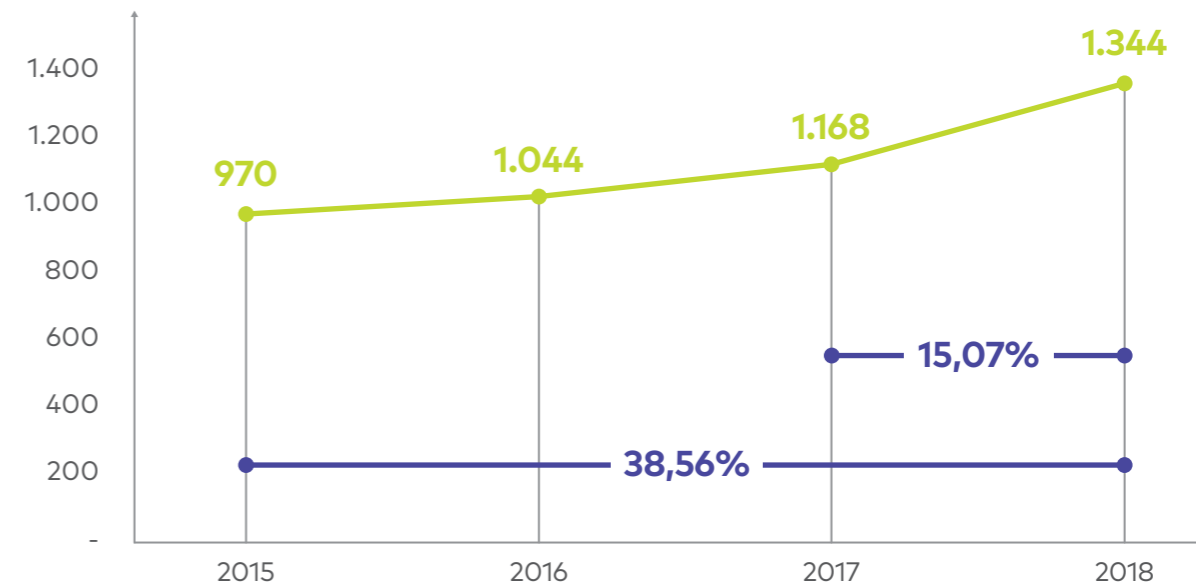
Valores:

Transparência;
Comprometimento;
Respeito;
Ética;
Solidariedade;
Responsabilidade.

Desenvolvimento em todos os números.

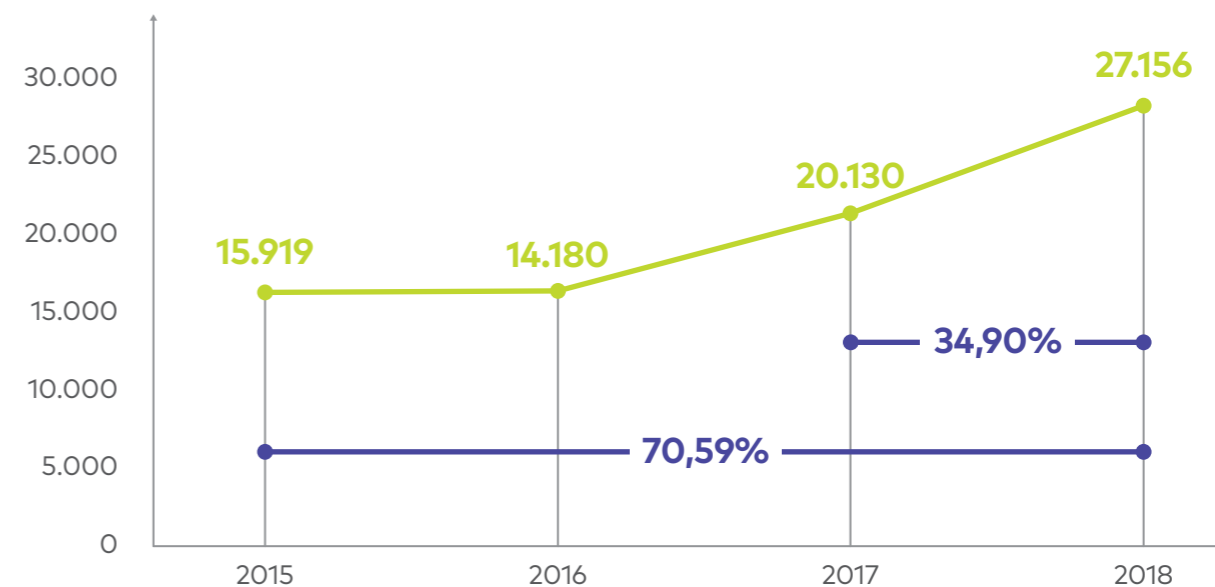


Cooperados



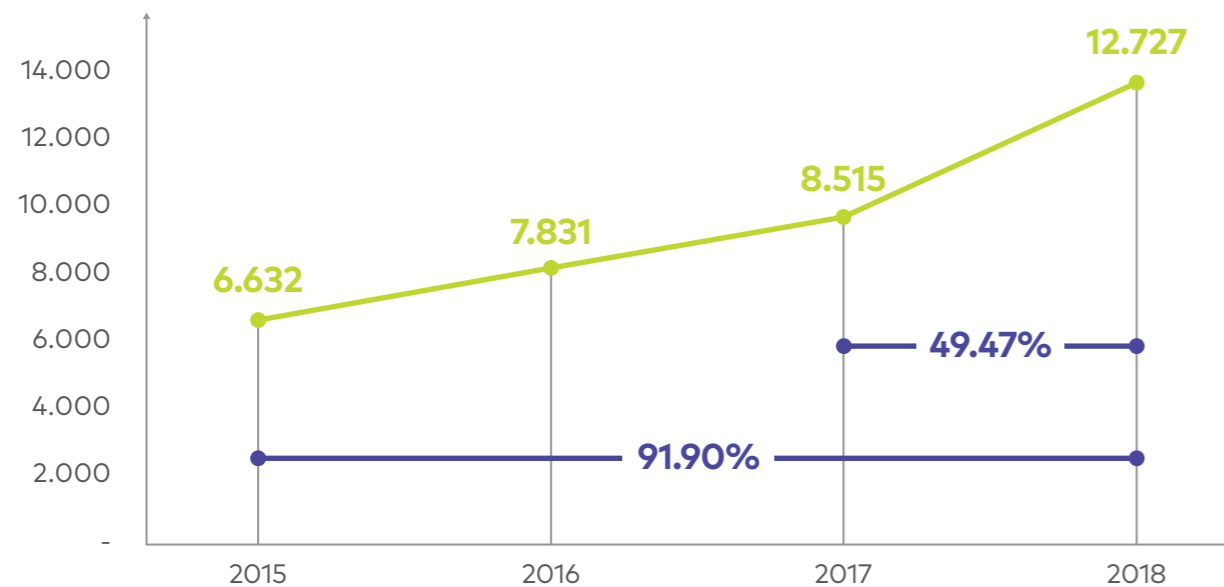
Depósitos Totais

em R\$ mil



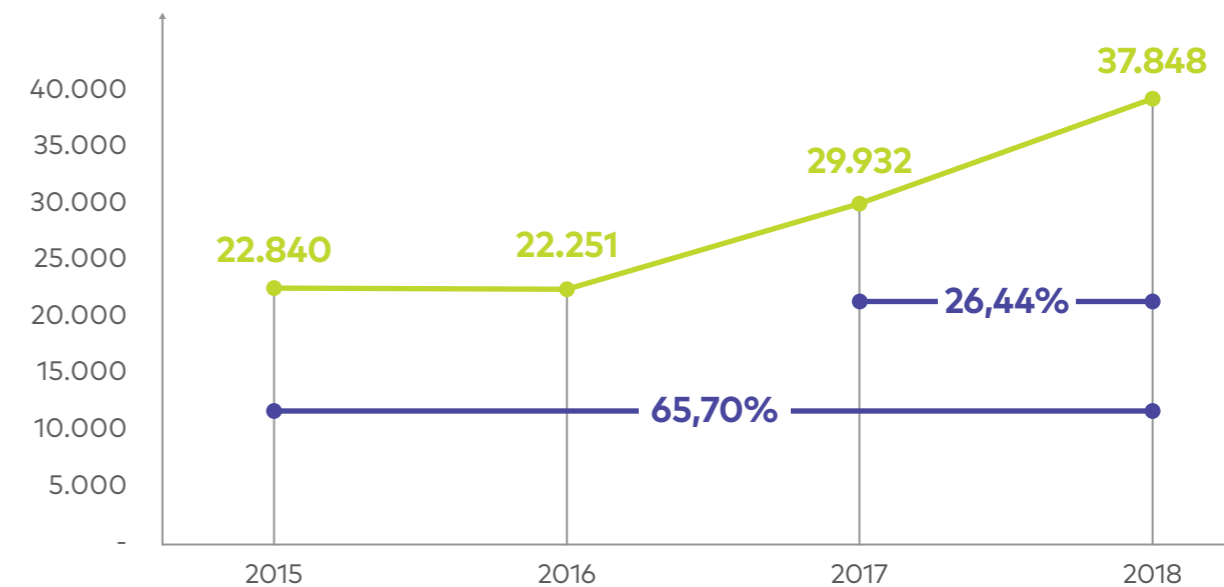
Carteira de Crédito

em R\$ mil



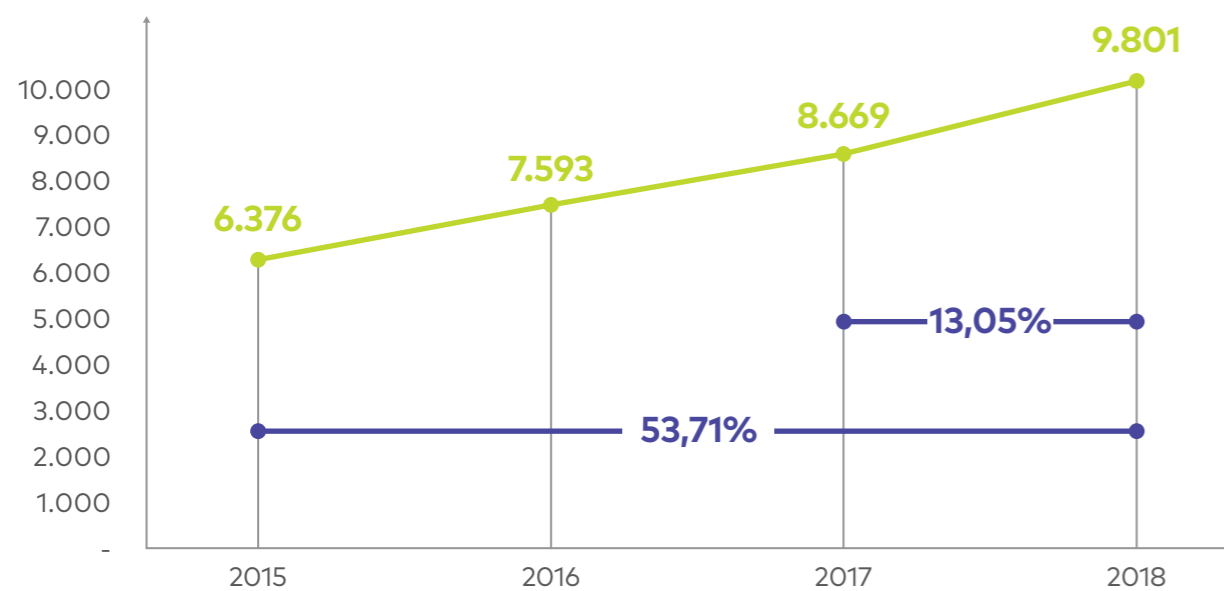
Ativo Total

em R\$ mil



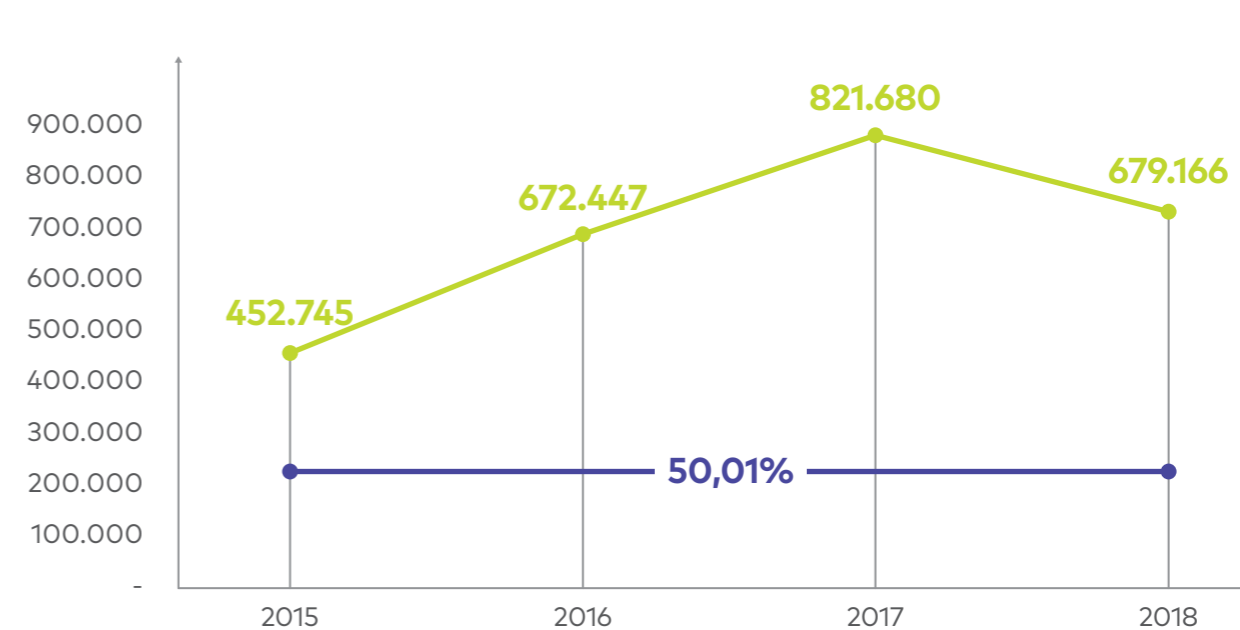
Patrimônio Líquido

em R\$ mil

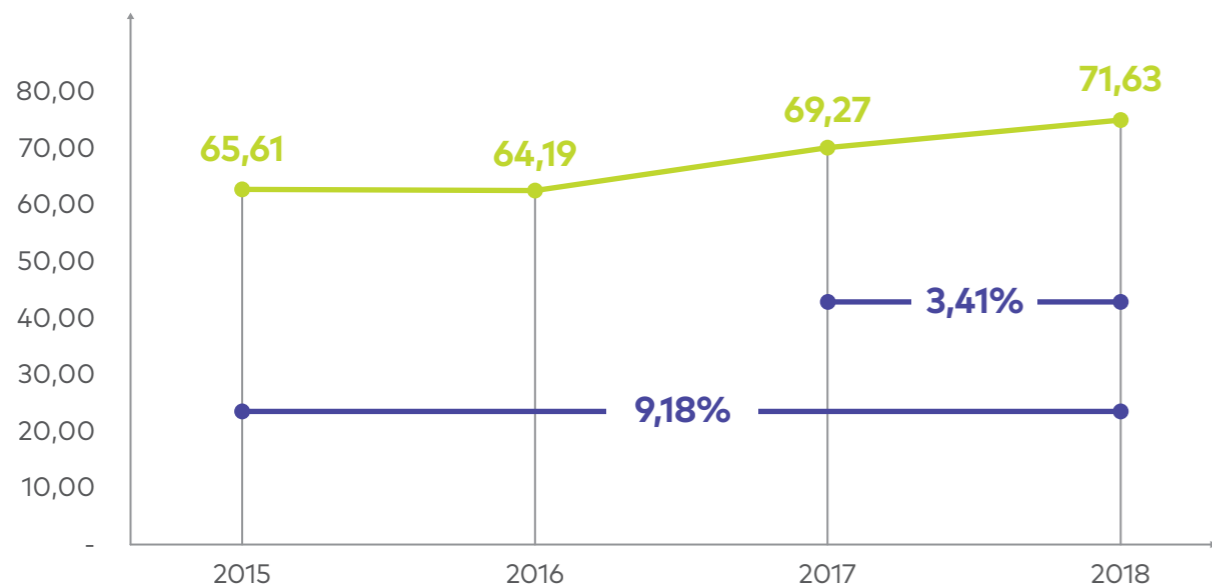


Sobras do Exercício

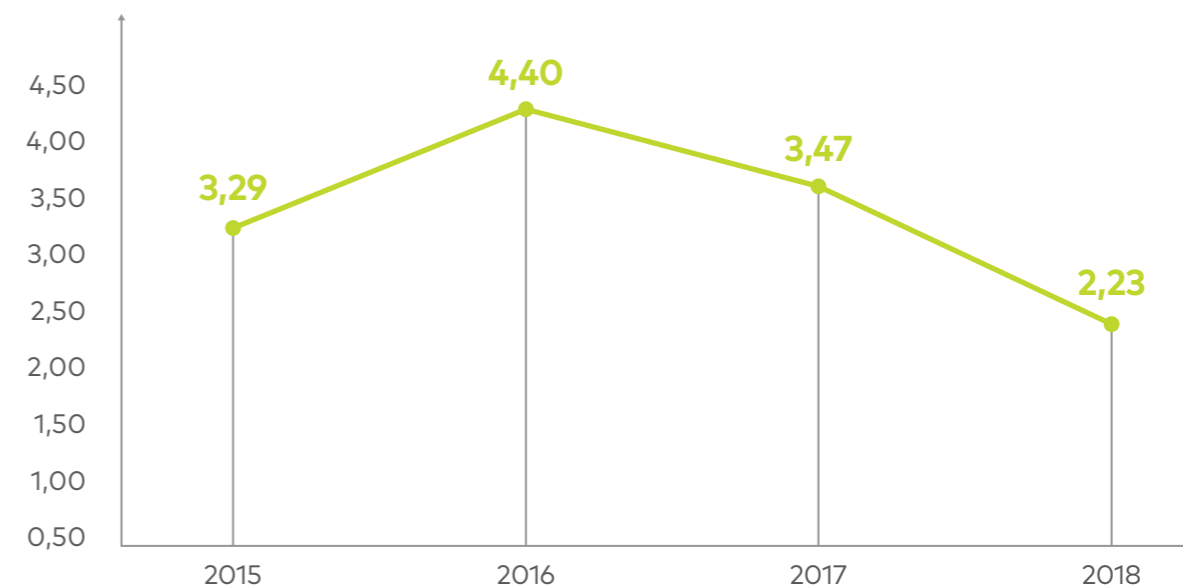
em R\$



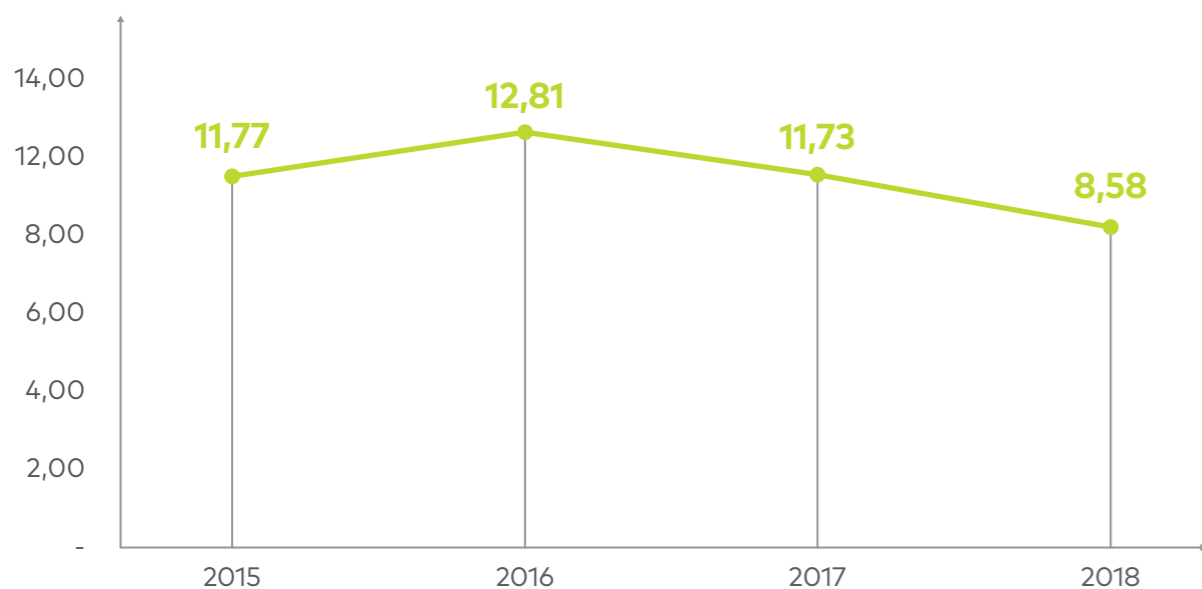
Índice de Eficiência Padrão



Rentabilidade sobre ATIVOS - ROA



Rentabilidade sobre PLA - ROE



Ganho Social - Renda Agregada 2018

PRODUTOS	SFN	SICOOB COOPREM	GANHO	ACUMULADO
	Taxa Média Mensal	Taxa Média Mensal - PAD		
CHEQUE ESPECIAL PF	12,51%	7,24%	R\$ 229.346	R\$ 229.346
EMPRÉSTIMOS	3,15%	2,64%	R\$ 703.125	R\$ 932.471
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,67%	1,11%	R\$ 2.747	R\$ 935.219
TARIFAS PF ¹	R\$ 53,12	R\$ 12,25	R\$ 327.120	R\$ 1.262.338
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,22%	6,99%	R\$ 26.209	R\$ 1.288.547
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,53%	3,99%	R\$ 1.622	R\$ 1.290.169
CONSÓRCIO ² IMÓVEIS	18,96%	9,25%	R\$ 702	R\$ 1.290.871
CONSÓRCIO ² VEÍCULOS	13,14%	7,78%	R\$ 2.842	R\$ 1.293.712
CONSÓRCIO ² MOTOS	14,62%	8,00%	R\$ 24	R\$ 1.293.737
CONSÓRCIO ² SERVIÇOS	14,40%	8,50%	R\$ 43	R\$ 1.293.780
CHEQUE ESPECIAL PJ	13,07%	7,21%	R\$ 694.526	R\$ 1.988.306
TÍTULOS DESCONTADOS	2,54%	1,98%	R\$ 227.318	R\$ 2.215.624
DEPÓSITOS A PRAZO	0,53%	0,43%	-R\$ 187.838	R\$ 2.027.786
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,22%	1,06%	R\$ 636	R\$ 2.028.422
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,22%	1,39%	-R\$ 501	R\$ 2.027.920
TARIFAS PJ ³	R\$ 109,25	R\$ 12,42	R\$ 786.668	R\$ 2.814.588
RETORNO DE SOBRAS	NÃO TEM	R\$ 679.166	R\$ 679.166	R\$ 3.493.755
COOPERADOS SICOOB COOPREM				1.344
RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO				R\$ 2.600

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação e Banco Central do Brasil.

Nota: Taxas do SFN (média do ano de 2018).

Elaboração: Sicoob Uni - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest

¹Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III (Tabela II anexa à Resolução nº 4.196, de 2013)".

²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.

³Tarifas SFN PJ: média dos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

Informações sobre aquisição: em apuração.

Governança corporativa

Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Neste contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evolui no seu modelo de Governança Corporativa, inicialmente pelo modelo 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] e, desde a Assembleia Geral Extraordinária de 22/03/2013, utilizou o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- pela AG de 25/09/2018, aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;
- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se, também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adota e adere:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;

- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;

- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:

Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;

Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.

• na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX) e Conselho Fiscal (COFIS). O CONAD, composto de 9 membros efetivos com mandato de 3 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente.

A DIREX, composta de 3 membros – Diretor Administrativo, Diretor Operacional e Diretor Financeiro, comporta as funções operacionais ou executivas.

Ao COFIS, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 3 anos, compete a fiscalização da sociedade.

A AG elege os membros do COFIS e do CONAD e este, os membros da DIREX. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins.

A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.



Demonstrações financeiras e contábeis

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

ATIVO	2018	2017	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	33.321.424	27.111.932	PASSIVO CIRCULANTE	28.046.696	21.262.818
DISPONIBILIDADES (Nota 3)	23.000.133	19.603.206	DEPÓSITOS (Nota 10)	27.156.688	20.130.730
CAIXA	724.028	150.973	DEPÓSITOS À VISTA	12.321.869	9.815.027
CENTRALIZACAO FINANCEIRA	22.276.105	19.452.233	DEPÓSITOS A PRAZO	14.834.819	10.315.703
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 4)	9.321.247	7.460.914	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	90.000	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (PROV.P/OPER.CRÉD.LIQ.DUVID.)	9.747.859	7.585.334	ORDENS DE PAGAMENTO	90.000	-
	(426.612)	(124.421)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 11)	800.008	1.132.088
OUTROS CRÉDITOS (Nota 5)	940.092	35.478	TRIBUTOS A RECOLHER	24.782	2.654
AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	8.823	5.361	FATES E OUTRAS OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS	249.236	214.677
RENDAS A RECEBER	114.721	5.608	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS PRÓPRIAS	62.294	58.465
ADIANT, PENDÊNCIAS E OUTROS VALORES (PROV.P/OUTROS CRÉDITOS)	816.548	27.882	DIVERSAS	463.696	856.292
	-	(3.373)	<i>Provisões trabalhistas</i>	<i>165.084</i>	<i>140.196</i>
OUTROS VALORES E BENS (Nota 6)	59.952	12.335	<i>Serviços de pagamento de salários</i>	<i>151.759</i>	<i>187.471</i>
PREMIOS DE SEGURO A APROPRIAR, ESTOQUE MAT	59.952	12.335	<i>Cooperativa Central (Rateio a pagar)</i>	-	<i>18.100</i>
			<i>Pendências a regularizar</i>	<i>94.642</i>	<i>2.839</i>
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.526.831	2.820.752	<i>Cooperativa Central (Rateio a pagar)</i>	-	<i>389.000</i>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 4)	3.406.215	1.054.219	<i>Cheques depositados</i>	<i>20.068</i>	<i>24.865</i>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (PROV.P/OPER.CRÉD.LIQ.DUVID.)	3.535.928	1.155.203	<i>Outras</i>	<i>32.143</i>	<i>93.821</i>
	(129.713)	(100.984)	 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.801.559	8.669.866
INVESTIMENTOS (Nota 7)	259.347	967.042	CAPITAL SOCIAL (Nota 12)	7.951.453	7.043.991
AÇÕES DO BANCOOB	144.487	129.250	CAPITAL DE DOMICILIADOS NO PAÍS (CAPITAL A REALIZAR)	7.988.349	7.224.951
PARTICIPACAO EM COOPERATIVA CENTRAL	114.860	837.792	(36.896)	(180.961)	
IMOBILIZADO DE USO (Nota 8)	859.184	792.413	SOBRAS E RESERVAS (Nota 13)	1.850.106	1.625.875
IMOBILIZAÇÕES DE USO	412.596	345.729	RESERVAS DE LUCROS	1.680.314	1.450.468
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO (DEPRECIACÕES ACUMULADAS)	696.633	652.108	RESULTADO ACUMULADO P/ AGO	169.792	175.407
	(250.045)	(205.423)			
INTANGIVEL (Nota 9)	2.084	7.078			
LICENÇA DE USO DE SOFTWARE (AMORTIZAÇÃO ACUMULADA)	42.030	42.030			
	(39.946)	(34.952)			
TOTAL DO ATIVO :	37.848.255	29.932.684	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO:	37.848.255	29.932.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das sobras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

DSP	2º Sem	31/12/2018	31/12/2017
10. RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	1.191.764	2.285.935	2.219.375
Operações de Crédito	1.191.764	2.285.935	2.219.375
15. DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIACÃO	(626.045)	(1.072.213)	(1.155.013)
Operações de Captação no Mercado	(373.338)	(740.013)	(972.641)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(252.707)	(332.200)	(182.372)
20. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO	565.719	1.213.722	1.064.362
50. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 22)	(168.697)	(358.233)	(51.972)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	285.632	601.986	458.801
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	318.389	618.817	532.960
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(846.617)	(1.590.485)	(1.381.074)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(687.473)	(1.418.008)	(1.427.810)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(18.381)	(92.170)	(15.688)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	262.857	401.811	185.843
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	705.752	1.348.294	1.659.307
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	(188.856)	(228.478)	(64.311)
60. RESULTADO OPERACIONAL	397.022	855.489	1.012.390
60. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(363)	(363)	(357)
Despesas Não Operacionais	(363)	(363)	(357)
75. RESULT ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIP	396.659	855.126	1.012.033
80. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(8.144)	(10.759)	(1.291)
Provisão para Imposto de Renda	(3.764)	(4.963)	(592)
Provisão para Contribuição Social	(4.380)	(5.796)	(699)
SOBRAS/PERDAS ANTES DO JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	388.515	844.367	1.010.742
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(165.201)	(165.201)	(189.062)
SOBRAS/PERDAS	223.314	679.166	821.680
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS			
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	(33.958)	(33.958)	(155.132)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	189.356	645.208	666.548

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
EVENTOS	Capital Social	Reserva de Lucros		Sobras e Perdas Ac.	TOTAIS
		Legal	Aum. Capital		
Saldos em 1/1/2017	6.237.873	959.328	231.096	165.069	7.593.366
Integralizações de capital	220.892	-	-	-	220.892
Aumento com juros s/ o capital	189.061	-	-	-	189.061
Aumento com reservas de lucros	396.165	-	(231.096)	(165.069)	-
Sobras líquidas do exercício	-	-	-	821.680	804.098
Destinação de sobras	-	245.570	245.570	(491.140)	-
Dest/Prov/Rev FATES (não integra PL)	-	-	-	(155.133)	(137.551)
Saldos em 31/12/2017	7.043.991	1.204.898	245.570	175.407	8.669.866
MUTAÇÕES EM 2017	806.118	245.570	14.474	10.338	1.076.500
Saldos em 1/1/2018	7.043.991	1.204.898	245.570	175.407	8.669.866
Integralizações de capital	322.157	-	-	-	322.157
Aumento com juros s/ o capital	164.628	-	-	-	164.628
Aumento com reservas de lucros	420.677	-	(245.395)	(175.282)	-
Valores distribuídos a ex-associados	-	-	(175)	(125)	(300)
Sobras líquidas do exercício	-	-	-	679.166	679.166
Destinação de sobras	-	237.708	237.708	(475.416)	-
Dest/Prov/Rev FATES (não integra PL)	-	-	-	(33.958)	(33.958)
Saldos em 31/12/2018	7.951.453	1.442.606	237.708	169.792	9.801.559
MUTAÇÕES EM 2018	907.462	237.708	(7.862)	(5.615)	1.131.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

DESCRIÇÃO	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Atividades Operacionais	2018		2017
Sobras/Perdas do Exercício		679.166	821.680
Provisão para Operações de Crédito		332.200	182.372
Depreciações e Amortizações		49.615	43.623
		1.060.981	1.047.675
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito		(4.544.530)	(865.935)
Outros Créditos		(904.614)	284.952
Outros Valores e Bens		(47.907)	1.473
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista		2.506.842	2.524.677
Depósitos a Prazo		4.519.116	3.425.897
Outras Obrigações		56.910	265.083
Relações Interdependências		(299.000)	389.000
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		2.347.798	7.072.822
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível		-	416
Aquisição De Imobilizado de Uso		(111.393)	(721.859)
Aquisição de investimentos		707.695	(93.924)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		596.302	(815.367)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		322.157	220.892
FATES Sobras Exercício		(33.958)	(155.132)
Subscrição do Juros ao Capital		164.628	189.061
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		452.827	254.821
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades		3.396.927	6.512.276
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período		19.603.206	13.090.930
No Fim do Período		23.000.133	19.603.206
Variação Líquida das Disponibilidades		3.396.927	6.512.276
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

Notas explicativas às demonstrações contábeis.

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 – (EM R\$)

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE JATAI E REGIÃO LTDA - SICOOB COOPREM, cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/07/2008, filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais, tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPREM tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

01 – APRESENTAÇÃO

I) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela administração em 25 de fevereiro de 2019.

II) Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As

demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

III) Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

IV) As demonstrações estão expressas em unidades de Real, padrão monetário vigente no país, desprezadas as frações de centavos.

V) As demonstrações contábeis assim como todos procedimentos operacionais são fiscalizados mensalmente pelo departamento de Controles internos da Sicoob Uni, Banco Central do Brasil e pelo Conselho Fiscal desta cooperativa e anualmente pela auditoria interna da Sicoob Uni e por empresa especializada de auditoria independente.

VI) Durante o presente exercício o Sicoob Cooprem se desligou da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL e passou a integrar o grupo de singulares filiadas à SICOOB UNI.

02 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos

de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para Perdas em Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como pólo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

03 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	724.028	150.973
Relações interfinanceiras - centralização financeira	22.276.105	19.452.233
TOTAL	23.000.133	19.603.206

São formadas pelo saldo de espécie referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. A singular dispõe de cofre forte de segurança por abertura programada e seguro para a guarda de numerário em tesouraria para até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Dispõe ainda de contrato com empresa de transporte de valores para saques e depósitos de numerários da tesouraria.

04 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	15.945	0	15.945	8.664
Empréstimos	6.623.662	3.057.835	9.681.497	5.747.177
Títulos Descontados	2.646.359	0	2.646.359	2.744.800
Financiamentos	461.893	478.093	939.986	239.898
(-) Provisões para Operações de Crédito	(426.612)	(129.713)	(556.325)	(225.405)
TOTAL	9.321.247	3.406.215	12.727.462	8.515.134

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial	Financiamentos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA	-	Normal	626.241	-	102.527	728.768		815.262	
A	0,50%	Normal	7.513.433	52.091	638.647	8.204.171	(41.021)	4.751.735	(23.759)
B	1%	Normal	3.120.410	309.091	173.565	3.603.067	(36.031)	2.210.058	(22.101)
B	1%	Vencidas	2.285	-	-	2.285	(23)	44.122	(441)
C	3%	Normal	136.498	75.159	12.772	224.429	(6.733)	242.290	(7.269)
C	3%	Vencidas	-	2.843	-	2.843	(85)	90.680	(2.720)
D	10%	Normal	14.640	33.678	-	48.317	(4.832)	78.864	(7.886)
D	10%	Vencidas	-	-	-	-	-	7.115	(711)
E	30%	Normal	325	1.543	-	1.868	(561)	471.953	(141.586)
E	30%	Vencidas	-	-	-	-	-	126	(38)
F	50%	Normal	-	1.998	-	1.998	(999)	-	-
F	50%	Vencidas	-	-	-	-	-	18.878	(9.439)
H	100%	Normal	3.144	-	-	3.144	(3.144)	5	(5)
H			446.432	3.990	12.475	462.897	(462.897)	9.450	(9.450)
Total Normal			11.414.693	473.559	927.511	12.815.763	(93.320)	8.570.166	(202.605)
Total Vencidos			448.718	6.833	12.475	468.025	(463.005)	170.371	(22.800)
Total Geral			11.863.411	480.391	939.986	13.283.788	(556.325)	8.740.538	(225.405)
Provisões			(524.027)	(14.511)	(17.787)	(556.325)		225.405	
Total Líquido			11.339.383	465.880	922.199	12.727.463		8.515.133	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro de 2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.838.206	4.321.011	3.057.835	9.217.051
Financiamentos	167.103	294.790	478.093	939.986
Conta Corrente	480.391	-	-	480.391
TOTAL	2.485.700	4.615.801	3.535.928	10.637.429

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	194.712	5.080.828	1.917.346	7.192.886	54%
Setor Privado - Indústria	14.600	-	-	14.600	0%
Setor Privado - Serviços	116.381	4.149.969	729.013	4.995.363	38%
Pessoa Física	129.469	824.631	-	954.100	7%
Outros	25.229	101.610	-	126.839	1%
TOTAL	480.391	10.157.038	2.646.359	13.283.788	100%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	932.511	7%	514.076	6%
10 Maiores Devedores	4.539.985	34%	3.417.768	39%
50 Maiores Devedores	9.588.598	72%	6.863.271	78%

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	225.405	504.124
Constituições / (Reversões)	343.092	178.999
Transferência para prejuízo	(12.172)	(457.718)
TOTAL	(556.325)	225.405

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	794.008	357.316
Operações transferidas para prejuízo	12.172	457.718
Operações recuperadas do prejuízo	(83.691)	(21.026)
TOTAL	722.489	794.008

05 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados	8.823	5.361
Rendas a Receber	114.721	5.608
Diversos	816.548	27.882
(-) Provisões para Outros Créditos	0,00	(3.373)
TOTAL	940.092	35.478

Durante o exercício de 2018, os valores mensais recebidos a título de receitas por Ingresso de Depósitos Intercooperativos passaram a ser provisionados conforme a competência do rendimento, juntamente das demais Rendas a Receber. Na data do fechamento destas demonstrações o total provisionado a título de depósitos intercooperativos a receber totaliza R\$ 107.532 (cento e sete mil quinhentos e trinta e dois reais), sendo o restante, R\$ 7.188 (sete mil cento e oitenta e oito reais), valor correspondente a outras rendas.

Dentre os valores que compõe a modalidade Diversos, R\$ 804.408 (oitocentos e quatro mil quatrocentos e oito reais) são representados por quotas de capital a receber da cooperativa Sicoob Goiás, pela ocasião da desfiliação e desligamento já referenciados no item 01-VI.

06 – OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Material em Estoque	903	0,00
Despesas Antecipadas ↓	59.049	12.335
<i>Premios de seguros</i>	<i>12.363</i>	<i>12.335</i>
<i>Vale refeição/alimentação</i>	<i>15.338</i>	-
<i>Fundos Sicoob UNI</i>	<i>31.348</i>	-
TOTAL	59.952	12.335

07 – INVESTIMENTOS

Representados por quotas do Sicoob Uni e ações do Bancoob.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	114.860	837.792
Participações inst financ controlada coop crédito	144.488	129.250
TOTAL	259.348	967.042

08 – IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado em Curso (a)		696.633	652.108
Instalações	10%	8.734	8.734
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(8.000)	(7.283)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	167.631	115.406
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(68.881)	(53.689)
Sistema de Comunicação	20%	5.600	5.600
Sistema de Processamento de Dados	10%	188.841	174.199
Sistema de Segurança	10%	41.790	41.790
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(173.164)	(144.451)
TOTAL		859.184	792.413

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

09 – INTANGÍVEL

Durante o ano de 2011, devido a alterações na estrutura proprietária do sistema operacional e de gestão bancária, SisBR, a singular adquiriu parte deste, a título de licença de uso, devidamente registrada como ativo intangível. O prazo para amortização foi estipulado em 8,4 anos.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Intangível	2.084	7.078
Licença de uso de software	42.030	42.030
(Amortização acumulada)	(39.946)	(34.952)

10 – DEPÓSITOS

São compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominados de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

São compostos também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	Tx. Méd.	31/12/2017	Tx. Méd.
Depósito à Vista	12.321.869		9.815.027	
Depósito a Prazo	14.834.819	0,42	10.315.703	0,48
Total	27.156.688		20.130.730	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	1.836.659	7,00%	1.409.310	7,00%
10 Maiores Depositantes	8.396.207	31,00%	7.172.547	36,00%
50 Maiores Depositantes	17.057.455	63,00%	13.503.286	67,00%

Despesas com captação:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(705.449)	(945.311)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(34.564)	(27.331)
TOTAL	(740.013)	(972.641)

11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados	120.762	35.081
Resultado de Atos com Não Associados	96.015	147.655
Cotas de Capital a Pagar (b)	32.457	31.940
TOTAL	249.236	214.677

O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

b) Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	2018	2017
Provisão para impostos e contribuições/lucros	5.256	795
Impostos e contribuições a recolher	57.038	57.670
TOTAL	62.294	58.465

c) Diversas

Descrição	2018	2017
Provisões trabalhistas	165.084	140.196
Serviços de pagamento de salários	151.759	187.471
Cooperativa Central (Rateio a pagar)	-	18.100
Pendências a regularizar	94.642	2.839
Cheques administrativos a pagar	-	389.000
Cheques depositados	20.068	24.865
Outros	32.143	93.821
TOTAL	463.696	856.292

12 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social em 31/12/2018 totaliza a importância de R\$ 7.988.349 (sete milhões, novecentos e oitenta e oito mil trezentos e quarenta e nove reais), constituído por cotas no valor unitário de R\$ 1 (um real) cada, deduzidos R\$ 36.896 (trinta e seis mil oitocentos

e noventa e seis reais) de capital subscrito e não integralizado ou integralizações parceladas. O capital integralizado está distribuído entre 1.344 (mil trezentos e quarenta e quatro) cooperados ativos. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
CAPITAL SUBSCRITO	7.988.349	7.224.951
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	(36.896)	(180.961)
TOTAL	7.951.453	7.043.991
Aumento do capital integralizado no exerc.	12,9%	12,9%
QUANTIDADE DE COOPERADOS	1.344	1.168
Aumento da qtde. de cooperados no exerc.	15,1%	11,5%
Valor médio de capital x cooperado	5.916	6.031

13 – SOBRAS E RESERVAS

SOBRAS E RESERVAS	31/12/2018	31/12/2017
RESERVAS DE LUCROS	1.680.314	1.450.468
RESULTADO ACUMULADO P/ AGO	169.792	175.407
TOTAL	1.850.106	1.625.875

A Reserva Legal é representada pelas destinações estatutárias das sobras anuais, no percentual de 35%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

O Fundo para Aumento de Capital é representado pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 35%, utilizado para aumento do capital social.

As sobras (Resultado acumulado p/a AGO) são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

O FATES, como já referenciado, é destinado a atividades educacionais, prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e colaboradores da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo.

Destinação do Resultado - as sobras líquidas de cada exercício, após as destinações, ficam submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada até o final do mês de março.

Descrição	*2018	*2017
*** RES ANTES DAS DEST. PELO ENC. DO EXERCÍCIO	679.166	701.629
FATES 5% (PASSIVO CIRCULANTE)	(33.958)	(35.081)
FUNDO DE RESERVA/RESERVA LEGAL	(237.708)	(245.570)
FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL	(237.708)	(245.570)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS	169.792	175.408

14 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	8.526.714	14,93%	21.207
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	81.017	0,14%	381
TOTAL	8.607.732	15,07%	21.588
Montante das Operações Passivas	11.458.486	5,31%	

Operações ativas e passivas – saldo em 2018

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	16.102	445	12%
Conta Garantida	31.532	476	9%
Empréstimo	879.941	8.642	10%
Financiamento	101.868	939	11%
Títulos Descontados	668.003	2.313	25%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.381.885	11%	0,00%
Depósitos a Prazo	2.607.218	18%	0,45%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Desconto de Cheques	1,89%
Empréstimos	1,89%
Financiamento	1,36%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	87,86%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	2,71%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	13,88%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	3.381.109
Títulos Descontados	1.327.780

15. COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE JATAI E REGIÃO LTDA - SICOOB COOPREM, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas filiadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COOPREM** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

16. GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

16.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

16.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da

variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

16.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização dos processos e das metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e da manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

16.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

16.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

16.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

17. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

18. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

19. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. A cooperativa não possui causas de polo passivo classificadas como possível ou provável.

20. REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E BENEFÍCIOS

O corpo de colaboradores em 31 de dezembro de 2018 é representado por 17 (dezessete) empregados cuja remuneração mensal bruta, incluindo encargos e benefícios, gira em torno de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais). Os benefícios concedidos aos colaboradores incluem plano de saúde, cartão alimentação e seguro de vida em grupo.

A despesa mensal com remuneração de diretores, incluindo encargos, 13º salário e cédulas de presença totalizam cerca de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) mensais.

21 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	21.717	17.242
Rendas de Empréstimos	1.423.039	1.430.660
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	681.517	709.993
Rendas de Financiamentos	89.353	44.484
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	70.309	16.996
TOTAL	2.285.935	2.219.375

22 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

22.1

Descrição	2018	2017
Rendas de Cobrança	356.343	332.048
Rendas de Serviços de Custódia	2.072	2.670
Rendas de Transferências de Fundos	16.227	17.617
Rendas de Outros Serviços	227.345	106.465
TOTAL	601.986	458.801

22.2

Descrição	2018	2017
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	81.179	63.887
Rendas de Serviços Prioritários - PF	36.474	31.207
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	45	37
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	501.119	437.830
TOTAL	618.817	532.960

22.3

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	427	375
Dividendos	15.240	14.212
Crédito receita Sipag - faturamento	67.669	29.257
Crédito receita Sipag - antecipação	94.359	29.297
Distribuição de sobras da central	170.081	19.611
Outras rendas operacionais	54.037	93.091
TOTAL	401.811	185.843

22.4

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(23.259)	(28.708)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(329.766)	(265.740)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(229.598)	(186.518)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(301.964)	(284.653)
Despesas de Pessoal - Proventos	(690.895)	(613.328)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(14.643)	(2.127)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(360)	-
TOTAL	(1.590.485)	(1.381.074)

22.5

Descrição	2018	2017
Despesas de Água, Energia e Gás	(34.420)	(28.832)
Despesas de Aluguéis	(27.837)	(30.260)
Despesas de Comunicações	(105.244)	(90.980)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(33.402)	(52.867)
Despesas de Material	(25.025)	(31.379)
Despesas de Processamento de Dados	(180.916)	(129.918)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(5.488)	(6.974)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(42.669)	(20.213)
Despesas de Publicações	(8.662)	(4.416)
Despesas de Seguros	(17.127)	(19.765)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(253.160)	(244.402)
Despesas de Serviços de Terceiros	(29.373)	(18.494)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(80.542)	(74.635)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(78.482)	(62.892)
Despesas de Transporte	(116.661)	(80.598)
Despesas de Viagem no País	(34.634)	(12.636)
Outras Despesas Administrativas	(48.796)	(42.507)
Despesas de Amortização	(4.993)	(4.577)
Despesas de Depreciação	(44.622)	(39.046)
Emolumentos judiciais e cartorários	(5.634)	(14.709)
Rateio de despesas da Central	(207.390)	(328.526)
Rateio de despesa do sicoob conf.	(32.929)	(89.184)
TOTAL	(1.418.008)	(1.427.810)

Estão classificados como "Outras operacionais" os estornos e cancelamentos extemporâneos de tarifas contratuais cobradas de cooperados e as contribuições para outros fundos operacionais do sistema Sicoob.

22.6

Descrição	2018	2017
Despesas de Provisões Passivas	(5.816)	(5.214)
Outras Despesas Operacionais	(207.603)	(48.705)
Descontos concedidos - operações de crédito	(1.797)	(2.202)
Cancelamento - tarifas pendentes	(13.262)	(8.191)
TOTAL	(228.478)	(64.311)

23 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, reconhecemos a exatidão das presentes demonstrações contábeis, cujo patrimônio representa R\$37.848.255 (trinta e sete milhões oitocentos e quarenta e oito mil duzentos e cinquenta e cinco reais).

Jataí (GO), 31 de dezembro de 2018

Valter Pedro Cardoso
Diretor Administrativo

Geneilton Filho de Assis
Diretor Financeiro

Ademar do Carmo Freitas
Presidente

Khalil Fernando Tum
Vice-presidente

Hugo Costa Melo
Contador CRC-GO 16.549

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Jataí e Região Ltda. – Sicoob Cooprem
Jataí/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Jataí e Região Ltda. – Sicoob Cooprem, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Cooprem em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 12 de março de 2019

Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727



Parecer do Conselho Fiscal.

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de livre Admissão de Jataí e Região Ltda., reunidos especialmente para dar Parecer sobre o Balanço Patrimonial e Demonstração das Sobras do Exercício

encerrado em 31/12/2018, declaram, para os devidos fins, que examinaram e confirmaram as contas, inspecionaram os livros atinentes por meio do processo de amostragem, constatando estarem devidamente corretos e em ordem.

Jataí – GO, 27 de março de 2019.

Marco Aurelio Oliveira Vilela
Conselheiro Fiscal

Lucio Soares Ferreira
Conselheiro Fiscal

Giovane Ferreira de Carvalho
Conselheiro Fiscal

Nossa Agência

Sicoob Cooprem

gerencia@sicoobcooprem.com.br
Rua José Manoel Vilela, 483
Centro - Jataí - (64) 3632-1300

